

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
COMARCA DE PARACATU/MG

REF: PA- Acompanhamento de Políticas Públicas - MPMG P.A. 0470.20.000287-6

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 05 /2020

OBJETO: Considerando a atual situação de pandemia mundial e as recomendações acerca das medidas de contenção de casos do novo CORONAVÍRUS (COVID-19), é necessário que os estabelecimentos bancários e lotéricas com agências em Paracatu adotem medidas de prevenção contra a doença em questão, em especial com o fluxo de atendimento diferenciado para idosos.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, pela Promotora de Justiça que esta subscreve, vem, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, em especial aquelas constantes do artigo 129, II, da Constituição da República Federativa do Brasil; do artigo 27, IV, da Lei Federal nº 8625/93; art. 67, VI da Lei Complementar estadual nº 34/94, apresentar as considerações que se seguem para, ao final, expedir recomendação.

CONSIDERANDO a acentuada utilidade da recomendação para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público, sendo importante instrumento de redução da litigiosidade, e de ampliação do acesso à justiça em sua visão contemporânea;

CONSIDERANDO a conveniência institucional de estimular a atuação resolutiva e proativa dos membros do Ministério Público para promoção da justiça;

CONSIDERANDO que *“a saúde é direito de todos e dever do Estado,*

garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, nos termos do art. 196, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que *“são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”,* consoante prescreve o art. 197, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que *“as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único”,* o qual tem como diretrizes, dentre outras, *“a descentralização, com direção única em cada esfera de governo”, “o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais” e “a participação da comunidade”,* conforme dispõem o art. 198, incisos I, II e III, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que *“ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador”,* conforme dispõe o art. 200, inciso II, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 6º, I, ‘b’, da Lei Federal nº 8.080/1990, estabelece que *“está, ainda, incluída no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS – a execução de ações de vigilância epidemiológica”;*

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 7º, VII, da Lei nº 8.080/90, as ações e os serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS, são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da

Constituição Federal, obedecendo, dentre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;

CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS, dentre outras funções, coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância epidemiológica, conforme determina a alínea ‘a’ do inciso IV do art. 17, da Lei nº 8.080/90;

CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS, dentre outras funções, executar serviços de vigilância epidemiológica, conforme determina a alínea ‘a’ do inciso IV do art. 18, da Lei nº 8.080/90;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 13.317/1999, que institui o “Código de Saúde do Estado de Minas Gerais”;

CONSIDERANDO que, nos termos do § 3º, do art. 85, da Lei Estadual nº 13.317/1999, *“O alvará sanitário poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, cassado ou cancelado, no interesse da saúde pública, sendo assegurado ao proprietário do estabelecimento o direito de defesa em processo administrativo instaurado pela autoridade sanitária”*;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 15, do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, o planejamento da saúde é obrigatório para os entes públicos, ascendente e integrado, do nível local até o federal;

CONSIDERANDO a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, feita pela Organização Mundial de Saúde – OMS, em 30 de janeiro de 2020, devido ao alto grau de transmissibilidade do novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO que a classificação da situação mundial do Novo Coronavírus como pandemia significa o risco potencial da doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificados como de transmissão interna;

CONSIDERANDO a declaração de Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, dada pela Portaria MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, nos termos do Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que definiu o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional de gestão coordenada de respostas à emergência na esfera nacional, cujo controle recai sobre a Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS;

CONSIDERANDO a publicação do Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV), pelo MS, e do Plano Estadual de Contingência para Emergência em Saúde Pública – Infecção Humana pelo SARS-CoV-2, pela SES/MG, os quais definem estratégias de atuação para enfrentamento do novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (2019-nCoV), responsável pelo surto de 2019 e sua regulamentação através da Portaria MS/GM nº 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 356, de 11/03/2020, que *“Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (2019- nCoV) (COVID-19)”*

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 04/2020 GVIMS/GGTES/ANVISA, contendo *“Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV)”*

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 113, de 12 de março de 2020 que declara situação de emergência em saúde pública no Estado de Minas Gerais em razão de surto de doença respiratória – Novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO que o sistema de saúde constitucionalmente delineado

deve se organizar de acordo com a diretriz da descentralização, conforme artigo 198, inciso I, e, baseando-se em tal princípio, a Lei nº 8.080, de 19 de Setembro, de 1990, ao estatuir essa mesma descentralização como um dos princípios e diretrizes do SUS, especifica a ênfase na Municipalização;

CONSIDERANDO que as MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS têm como finalidade **reduzir o contato social** e, conseqüentemente, reduzir a transmissão da doença, visando a manter a capacidade de atendimento dos serviços de saúde aos pacientes assim necessitados;

CONSIDERANDO que cada gestor de Unidade Federada, Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios deve adaptar essas MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS à sua realidade local;

CONSIDERANDO que a estimativa é de que, a cada 3 dias o número de casos de contágio dobre caso não forem adotadas as medidas propostas pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO as frequentes notícias de falta de leitos para internação de pacientes de urgência/emergência, independentemente de pandemias;

CONSIDERANDO que a pandemia decorrente do novo Coronavírus (2019-nCoV) pode agravar sobremaneira esse quadro de falta de leitos para internação na região de Paracatu/MG;

CONSIDERANDO que a transmissão do Novo Coronavírus ocorre tanto pelo ar como por contato pessoal com secreções contaminadas, tais como: contato pessoal próximo; tosse; gotículas de saliva; espirro; como toque ou aperto de mão; catarro; contato com objetos ou superfícies contaminadas, seguido de contato com a boca, nariz ou olhos;

CONSIDERANDO que, embora a transmissibilidade dos pacientes infectados por SARSCoV seja em média de 7 dias após o início dos sintomas, há dados preliminares do Novo coronavírus (SARS-CoV-2) sugerem que a transmissão possa ocorrer mesmo sem o aparecimento de sinais e sintomas, possuindo taxa de mortalidade que se eleva entre **idosos** e pessoas com doenças crônicas;

CONSIDERANDO que a adoção de hábitos de higiene básicos e a ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação **são suficientes para a redução significativa do potencial do contágio;**

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8078/90) prevê como direitos básicos do consumidor **a saúde, a vida e a segurança** (artigo 6º, I);.

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 8º, *caput*, dispõe que “os produtos e serviços colocados no mercado de consumo **não acarretarão riscos à saúde** ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, **obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito**”.

CONSIDERANDO que o §2º do mencionado artigo exige dos fornecedores de produtos e serviços que **higienizem os equipamentos e utensílios utilizados na atividade**, informando aos seus clientes, quando for o caso, a existência de risco de contaminação;

CONSIDERANDO o alastramento do coronavírus COVID-19, classificado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia, como amplamente divulgado nas imprensas nacional e internacional;

CONSIDERANDO que, até a presente data, foi confirmada a existência de mais de **seiscentos** casos da doença no Brasil, inclusive, há estimativa de um caso suspeito nesta cidade, conforme boletim oficial no site da prefeitura Municipal de Paracatu,

CONSIDERANDO que todas as agências bancárias são locais fechados, inclusive, por questões de segurança, e de grande aglomeração de pessoas, o que pode agravar mais ainda a propagação do vírus;

CONSIDERANDO que essa situação exige a prática de medidas

imediatas de prevenção de danos à saúde dos consumidores por parte das instituições financeiras, sob pena de configuração de prática ilegal de natureza gravíssima, como previsto no art. 21, IV, “1”, da Resolução PGJ nº 14/2019, ato administrativo no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sujeitando o infrator a multa ou, até mesmo, interdição do estabelecimento empresarial;

CONSIDERANDO que a aglomeração de pessoas nas agências bancárias no período de risco de transmissão da doença causada pelo COVID-19 e a falta de higienização dos equipamentos e utensílios caracteriza prestação de serviço com alto grau de periculosidade, de modo que o(s) gerente(s) das instituições financeiras, caso permitam que isso aconteça, podem incorrer no crime previsto no art. 65 do Código de Defesa do Consumidor, cuja pena é de detenção, de seis meses a dois anos, e multa;

CONSIDERANDO é do conhecimento deste Órgão Ministerial que, contrariando as recomendações das autoridades sanitárias no que se refere ao isolamento social, está ocorrendo aglomeração de pessoas tanto no interior das agências quanto nas áreas externas, com a formação de extensas filas, sem sequer utilizarem os equipamentos de proteção recomendados, o que coloca em risco tanto os funcionários das agências como as pessoas que precisem dos serviços bancários (clientes);

CONSIDERANDO a edição pelo Banco Central do Brasil da Circular nº 3.991/2020, com o objetivo de assegurar a saúde da sociedade em decorrência do COVID-19 e ao mesmo tempo garantir a prestação de serviços essenciais;

CONSIDERANDO o artigo 268 do Código Penal Brasileiro – Decreto Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, que tipifica como crime o ato de infringir determinação do poder público, destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa;

CONSIDERANDO o iminente início do mês de abril de 2020, período em que idosos costumeiramente se dirigem em grande número às agências bancárias para recebimento de pensões, aposentadorias, dentre outros pagamentos;

CONSIDERANDO que a pessoas idosas estão inclusas no grupo de risco mais suscetível a pegar o COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecimento de fluxo ordenado e seguro no que se refere à preservação saúde dos idosos para que os recebimentos se processem da forma mais rápida possível, evitando a exposição ao contágio;

CONSIDERANDO que o art. 67, VI, da Lei Complementar Estadual 34/1994 prevê que, no exercício de suas atribuições, o Ministério Público poderá fazer recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública, alertando seus destinatários sobre a existência de normas vigentes e da necessidade de seu estrito cumprimento, sob pena de responsabilização;

Este órgão do Ministério Público **RECOMENDA** às lotéricas e aos estabelecimentos bancários, na pessoa dos respectivos gerentes, com agências Paracatu, especialmente Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, Bradesco e Sicoob que, procedam à adoção das medidas administrativas abaixo elencadas, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, dada a brevidade que o caso requer:

1. DISPONIBILIZEM AOS CLIENTES CONTATO TELEFÔNICO (ligação ou WhatsApp) **E VIA E-MAIL PARA AGENDAMENTO DE ATENDIMENTO EXCLUSIVAMENTE COM HORA MARCADA, COMO FORMA DE EVITAR AGLOMERAÇÕES DE PESSOAS NO EXTERIOR DAS AGÊNCIAS;**

2. DEFINAM LIMITAÇÃO AO NÚMERO MÁXIMO DE CLIENTES NO INTERIOR DAS AGÊNCIAS, INCLUSIVE NAS ÁREAS EM QUE ESTEJAM OS CAIXAS ELETRÔNICOS, DE MODO A EVITAR A AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS;

3. DISPONIBILIZEM, DE FORMA GRATUITA, ÁLCOOL EM GEL NAS MESAS DE ATENDIMENTO E TAMBÉM EM CADA UM DOS CAIXAS ELETRÔNICOS;

4. HIGIENIZEM CONSTANTEMENTE OS CAIXAS ELETRÔNICOS

COM DESINFETANTES OU ÁLCOOL 70%, PRINCIPALMENTE TECLAS DE DIGITAÇÃO E LOCAL PARA APOSIÇÃO DA DIGITAL;

5. GERENCIEM COM RIGOR PARA QUE OS CLIENTES CUMPRAM A OBRIGAÇÃO DE MANTER DISTÂNCIA MÍNIMA DE 1,5 METROS NAS FILAS DE ESPERA;

6. CONFECCIONE E PUBLIQUE, COM ANTENCENDENCIA MÍNIMA DE 72H, CALENDÁRIO PREFERENCIAL ESCALONADO PARA OS PAGAMENTOS AOS IDOSOS, DO DIA 1º AO DIA 7 DE ABRIL, POR ORDEM ALFABÉTICA, A PARTIR DA SEGUINTE SUGESTÃO:

- IDOSOS (60 ANOS OU MAIS) COM NOMES INICIADOS EM:

A-B-C-D-E: 1º de abril de 2020 (quarta-feira);

F-G-H-I -J: 2 de abril de 2020 (quinta-feira);

K-L-M-N-O: 3 de abril de 2020 (sexta-feira);

P-Q-R-S-T: 6 de abril de 2020 (segunda-feira);

U-V-W-X-Y e Z: 7 de abril de 2020 (terça-feira).

- PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS E CONDIÇÕES CLÍNICAS ESPECIAIS NÃO IDOSOS:

Prioridade a partir de 7 de abril de 2020.

6) EM CASO DE SER VERIFICADO A IMPOSSIBILIDADE DA EFETIVAÇÃO DO ATEDIMENTO ESCALONADO ESPECIFICADO NO ITEM ANTERIOR, REALIZAR PESQUISA DE ACORDO COM A ESTIMATIVA DE ATENDIMENTOS AOS IDOSOS, NO BANCO DE DADOS DA RESPECTIVA AGÊNCIA, E CONFECCIONAR CALENDÁRIO SEMELHANTE APTO A CUMPRIR O OBJETIVO DESTA RECOMENDAÇÃO;

6) DISPONIBILIZAR, PARA CONHECIMENTO, DE TODA POPULAÇÃO, TODAS AS RECOMENDAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, NO SÍTIO DO MUNICÍPIO, NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES COM FINALIDADE DE CIÊNCIA E CONTROLE SOCIAL (PRAZO DE 10 DIAS);

Ademais, nos termos do inciso IV do artigo 27 da Lei Federal n. 8.625/93, o órgão subscritor REQUISITA, no prazo de 10 (dez) dias, a divulgação desta Recomendação no meio de publicação destinado à divulgação dos atos oficiais do município de Paracatu.

EFICÁCIA DA RECOMENDAÇÃO: A presente recomendação dá ciência aos destinatários quanto às providências legais elencadas na precedência e poderá implicar na adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, em desfavor dos responsáveis inertes em face da violação das normativas e regramentos acima referidos.

Considerando a decretação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (2019-nCoV) responsável pelo surto de 2019, requisita-se resposta aos destinatários desta **Recomendação** sobre as providências adotadas no **prazo de 48 (quarenta e oito) horas**.

Para fins de divulgação da presente Recomendação, determino a expedição de cópia via e-mail a todas lotéricas e todas as instituições bancárias da Comarca de Paracatu, bem como aos meios de comunicação existentes, como emissoras de rádios, redações de jornais e similares.

Paracatu, 24 de março de 2020.



Maria Constância Martins da Costa Alvim
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

COMARCA DE PARACATU/MG

REF: PA- Acompanhamento de Políticas Públicas - MPMG P.A. 0470.20.000287-6

Determino:

- 1) Enviar imediatamente a **RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 05 /2020 ao Município, PROCON-Paracatu e Secretarias Municipais;**
- 2) Comunique-se às demais Promotorias de Justiça de Paracatu, ao Comando da Polícia Militar- Paracatu, à Polícia Civil - Paracatu;
- 3) Comunique-se ao juiz diretor do foro e ao juiz responsável pela Vara da Infância, OAB-Paracatu;
- 4) Comunicar a todas lotéricas e todas as instituições bancárias da Comarca de Paracatu, bem como aos meios de comunicação existentes, como emissoras de rádios, redações de jornais e similares, para fins de divulgação;
- 5) Fica autorizada toda comunicação e notificação por e-mail;
- 6) Considerando a urgência, nesses ofícios e comunicações fica dispensada a minha assinatura.

Paracatu, 24 de março de 2020.



Maria Constância Martins da Costa Alvim
Promotora de Justiça